

FIGURAÇÕES DE ÉTICA UBUNTU EM TRAJETÓRIAS DE INTELLECTUAIS NEGRAS: MAIS UM DESAFIO À CRÍTICA CULTURAL

Ana Rita Santiago¹

Resumo: A *ética ubuntu* (CASTIANO, 2010; COCHOLE, 2019; NGOENHA; CASTIANO, 2011; RAMOSE, 2002 etc.), um fundamento de intersubjetivação da filosofia africana, segundo o filósofo moçambicano Manuel Cochole Paulo Gomane (2019), refere-se às relações entre as pessoas, abarcando, dentre outros elementos, as consciências éticas individual e comunitária – *Eu sou, porque somos* –. Em processos formativos, intelectuais negras brasileiras, por vezes, têm se apoderado de epistemologias, tal como a *ética ubuntu*, para se inserir em instituições de nível superior e em seus complexos jogos discursivos, culturais e de relações. Neste ínterim, elas também forjam possibilidades de sobrevivência e (re) existências, além de vivenciarem e, a um só tempo, promoverem mobilizações culturais e interculturais. Assim, elas tecem modos de insurgências e resistências, individuais e coletivos, tensionando conhecimentos hegemônicos e eurocêntricos e, concomitantemente, urdindo outras epistemologias e caminhos de se fazer ciências. Diante disso, este texto propõe refletir sobre a *ética ubuntu*, no que se refere às consciências éticas individual e comunitária em percursos de intelectuais negras, com o intuito de compreender as suas linhas de fuga e atravessamentos de descolonização e produção do conhecimento (MBEMBE, 2019; KILOMBA, 2019; SANTIAGO, 2017; 2019) e apontar outras figurações de trilhas epistêmicas para a formação de perfis de doutores (as) em Crítica Cultural, oriundos do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas, para estudos literários e outros programas e proposições formativas.

Palavras-Chave: *Ética Ubuntu*. Intelectuais Negras. Interculturalidades. (Re) Existências.

¹ Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e membro permanente do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, Alagoinhas.

ALGUMAS PALAVRAS INICIAIS

A identidade intelectual é relacionada, comumente, aos procedimentos e buscas de qualificação profissional, tais como cursos de capacitação, formação permanente, estudos para qualificação da docência, desenvolvimento de pesquisas etc. A ação de pensar e produzir conhecimento inclui tais práticas, mas está para além delas. De acordo com Santiago (2019, p. 55), a formação intelectual, além da profissionalização e capacitação, “[...] implica, dentre outras ações, em problematizar o vivido [...], questionar, compreender e provocar o presente, o ainda não explicável; historicizar e interpretar pensamentos e conhecimentos já construídos [...]”. Pensar é, pois, ruminar sobre si, fatos, situações e aquilo que está em volta, além de enfrentar dramas humanos, sociais; e projetar, desenhar sonhos, utopias, projetos, desconstruir e ressignificar distopias. Tal exercício é, inclusive, um trabalho contínuo e dinâmico de destecer já está instituído, quiçá, transgredir fronteiras discursivas e apontar outras travessias e pontes de se forjar conhecimento, ciências e existências.

Neste íterim, este texto tece algumas considerações, a partir de experiências, sobre percursos formativos de intelectuais negras, apoiadas em abordagens da filosofia africana *Ubuntu* (CASTIANO, 2010; 2013; COCHOLE, 2019; NGOENHA; CASTIANO, 2011; RAMOSE, 2002; etc.), compreendendo premissas, condições e implicações inerentes a uma intelectual negra que, além de escrever, publicar, ler e ser lido, como bem afirma bell hooks (1995), também pensa sobre si (nós) como sujeitos sociais e interculturais.

A ética *ubuntu*, um alicerce de intersubjetivação da filosofia africana *bantu*, refere-se às relações entre as pessoas, abarcando, dentre outros elementos, segundo Cochole (2019), a consciência ética individual e a consciência ética comunitária – *Eu sou, porque somos* –. Em processos formativos, intelectuais negras brasileiras, por vezes, têm se apoderado de epistemologias, tal como a ética *ubuntu*, para se inserir e, talvez, sobreviver, em instituições de nível superior e em seus complexos jogos

discursivos, culturais e de relações. Assim, elas também forjam possibilidades de resistências e insurgências, além de vivenciarem e, a um só tempo, promoverem mobilizações culturais e interculturais.

Elas constroem e mobilizam, inclusive, modos de insurgências e resistências (FOUCAULT, 2002), individuais e coletivos, tensionando conhecimentos hegemônicos e eurocêntricos e, concomitantemente, urdindo outras epistemologias e caminhos de se fazer ciências. Diante disso, este texto propõe refletir sobre a *ética ubuntu*, no que se refere às consciências éticas individual e comunitária em percursos de intelectuais negras, com o intuito de compreender as suas linhas de fuga e atravessamentos de descolonização e produção do conhecimento (MBEMBE, 2019; KILOMBA, 2019; SANTIAGO, 2017; 2019) e apontar outras figurações de trilhas epistêmicas para a formação de perfis de doutores (as) em Crítica Cultural, oriundos do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas, para estudos literários e outros programas e proposições formativas.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÉTICA UBUNTU

“Se quiser ir rápido,
vá sozinho.
Se quiser ir longe,
vá acompanhado.”
(Provérbio africano)

As considerações aqui apresentadas estão circunstanciadas pela condição de aprendiz da *ética ubuntu* e não de uma estudiosa dessa episteme. Assim, seguem brevíssimas leituras descritivo-interpretativas de uma leitora iniciante sobre o pensamento africano *bantu*, e não de uma filósofa.

Posto isso, torna-se relevante afirmar que a *ética ubuntu*, como conceito e experiência, está ligada a *umuntu*, segundo o filósofo sul-africano Mogobe B. Ramose (2002), pois *umuntu* postula *ubuntu* como

uma categoria normativa básica da ética que compõe *ntu* e *kuntu*, integrando as categorias da filosofia africana. Para ele, *ubuntu* é a quinta categoria básica da filosofia africana; é a ética normativa que prescreve e, portanto, permeia a relação entre *mntu*, *kintu*, *hantu* e *kuntu*. Diante disso, o *ubuntu* deve ser entendido, para esse estudioso, como a posição filosófica de que o movimento é o princípio do ser, entendido como “ser-sendo”.

Filosoficamente, é melhor abordar este termo como uma palavra com hífen, a saber, *ubu-ntu*. *Ubuntu* é, na verdade, duas palavras em uma. Consiste no prefixo *ubu-* e a raiz *-ntu*. *Ubu-* evoca a ideia geral de ser-sendo. É o ser-sendo encoberto antes de se manifestar na forma concreta ou modo da existência de uma entidade particular. *Ubu-* como ser-sendo encoberto está sempre orientado em direção ao descobrimento, isto é, manifestação concreta, contínua e incessante por meio de formas particulares e modos de ser. Neste sentido, *ubu-* está sempre orientado em direção a *-ntu*. No nível ontológico, não há separação estrita e literal ou divisão entre *ubu-* e *-ntu*. *Ubu-* e *-ntu* não são duas realidades radicalmente separadas e irreconciliavelmente opostas. Ao contrário, são mutuamente fundantes no sentido de que são dois aspectos do ser-sendo como unidade e totalidade indivisível. Portanto, *ubuntu* é a categoria fundamental ontológica e epistemológica do pensamento africano dos falantes da língua bantu. É a indivisível unidade e totalidade da ontologia e epistemologia. *Ubu-* como entendimento generalizado do ser-sendo pode ser visto como distintamente ontológico. Já *-ntu* enquanto o ponto nodal em que o ser-sendo assume a forma concreta ou o modo de ser no processo de descobrimento contínuo pode ser visto como distintamente epistemológico (RAMOSE, 2002, p. 325).

O *ubuntu* é, desse modo, a junção entre *ubu* que remete a ideia do Ser, sendo a força vital, a totalidade e *ntu*, a singularidade do ser/existir. Nisso consiste o ser-sendo, em que essa força pode promover e fortalecer a vida e múltiplas realidades que a compõem. A *ética ubuntu* refere-se, por conseguinte, ao ser na figuração mais geral, haja vista que é abstrato

e pressupõe a generalidade mais amplamente de modos de ser; é ser-sendo.

Já o *Umuntu* é, a um só tempo, o “diálogo do ser com o ser” e “[...] expressa um Ser específico, o Ser humano — enquanto político, religioso e, sobretudo, enquanto uma entidade moral”, de acordo com o filósofo moçambicano Manuel Cochole Paulo Gomane (2019, p. 83). É, portanto, o ser-sendo mais específico, o qual se concretiza em fazer-fazendo, segundo Ramose.

[...] A palavra *umu-* compartilha um aspecto ontológico idêntico com a palavra *ubu-*. Considerando que o alcance de *ubu-* é a generalidade mais ampla, *umu-* tende em direção ao mais específico. Em conjunto com *-ntu*, então *umu-* torna-se *umuntu*. *Umuntu* significa a emergência do *homo loquens* que é simultaneamente um *homo sapiens*. Na linguagem comum, significa o ser-sendo humano: o criador da política, da religião e da lei. *Umuntu* então é a manifestação concreta específica de *umu-*: é um movimento que se afasta do generalizado para o específico concreto.

Umuntu é a entidade específica que continua a conduzir uma investigação sobre o ser-sendo, a experiência, o conhecimento e a verdade. Isto é mais uma atividade do que um ato. É um processo em andamento impossível de ser parado, a não ser que o movimento em si seja parado. Neste raciocínio, *ubu-* pode ser considerado como um ser-sendo vindo a ser e isso evidentemente implica a ideia de movimento. Nós propomos considerar tal movimento incessante mais como verbal do que como um verbo. *-Ntu* pode ser interpretado como o tendo se transformado temporariamente. Neste sentido, *-ntu* é um substantivo. A indivisível unidade e totalidade de *ubu-ntu* significa, portanto, que *ubuntu* é um substantivo verbal (RAMOSE, 2002, p. 325).

O *umuntu*, como o sujeito constituído por existência, racionalidade e capacidade de reconhecer o outro, é um ser-sendo através da relação. É, além disso, de acordo com Marcelo José Derzi Moraes.

o *umuntu* também é o homem da política, do Estado, da religião, da lei, é o ser epistêmico e ético, que, na sua relação com o ubuntu, sua “essência”. O umuntu possibilita a transformação do ser, ou seja, o ubu enquanto um ser-sendo ilimitado, anterior a qualquer forma de existência ou de uma entidade particular, é a estrutura geral que impede que o umuntu, o homem da lei, se feche em uma existência finita, única e imóvel (MORAES, 2019, p. 3).

Para o filósofo moçambicano José Castiano (2010), o *umuntu* figura-se como a moralidade, a experiência e a sabedoria sobre verdades, ou seja, agencia comportamentos e ações do ser-sendo no convívio com o (a) outro (a) e com a comunidade. Ademais, o *ubuntu* e o *umuntu* imbricam-se, visto que o pessoal entrecruza-se com o comunitário e com movimentos pulsantes de interculturação, sem estabelecer hierarquia de importância entre as culturas, bem como entre as responsabilidades individual e comunitária. Elas se consubstanciam e são interdependentes e entrelaçadas na dinâmica da existência.

Ubuntu é, pois, uma palavra composta, formada “[...] pelo prefixo *ubu-* e a raiz *ntu-*. *Ubu* invoca a ideia do ser, no geral. Este conceito ético enfatiza as alianças entre as pessoas e as relações entre esta [...]” (COCHOLE, 2019, p. 81). A *ética ubuntu*, desse modo, compreende a base da intersubjetivação, abrangendo as éticas particular [*-umuntu*] e comunitária [*-Ubuntu*], ou seja, as consciências éticas individual e comunitária. A *ética ubuntu*, por conseguinte, desenha a integração das idiosincrasias e singularidades da persona, ou seja, o respeito à dignidade e às especificidades do ser individual no âmbito da coletividade, das relações socioculturais e de processos de interculturação.

Sob a esteira de discussões e provocações sobre a intersubjetividade, José P. Castiano considera a interculturalidade uma postura ou disposição das pessoas de viver, hodiernamente, as suas culturas e identidades relacionadas com os (as) outros (as). Para ele, além de ser uma atitude, a interculturalidade “[...] é uma experiência ou uma vivência que, por tirar de nossas seguranças teóricas e práticas, permite-nos perceber o analfabetismo cultural do qual nos fazemos culpáveis

quando cremos que basta uma cultura, a ‘própria’, para ler e interpretar o mundo” (2011, p. 214). Pensar, sob a perspectiva do ‘nós’, é, porquanto, uma possibilidade de ver-se, tornar-se e viver com o olhar e a cultura do (da) outro (a). Essas ações são, indubitavelmente, atos políticos e de reconstrução da justiça e da existência.

Severino Ngoenha (2011), filósofo moçambicano, no bojo das postulações sobre a *filosofia ubuntu*, reitera que a relação intrínseca entre a *ética ubuntu* e a ação política, ao asseverar que esse pensamento pode ser uma possibilidade de se (re) construir a justiça, de se estabelecer relações entre o local e o global, denominado por ele como *glocal*, e de se enfrentar, acrescento, conflitos, geridos por desigualdades e injustiças. Para Cochole, neste aspecto, a *ética ubuntu* contribui

[...] para uma ideia de justiça restaurativa. E a justiça restaurativa, apela-nos ao Ubuntu como um modelo ético universal, não obstante a sua génese contextual, conscientemente a justiça restaurativa esta na génese da filosofia Ubuntu.

Neste contexto, corroborando com Ngoenha, a *Ubuntu* esta intrinsecamente ligada a uma ideia de justiça social, é uma resposta a questão da alteridade e da relação entre o *outro*, no sentido de alternativa aos paradigmas contextuais das correntes da filosofia africana [a intersubjectivação] (COCHOLE, 2019, p. 82).

Além do ser-sendo, também como prática de auto-constituição e formação de (re) existências (ética individual) e do fazer-fazendo (ética comunitária), na *ética ubuntu*, o ser-sendo um eu singular, pessoal e específico se (re) elabora, desemboca e se materializa em outros eu (s) diversos, coletivos e interculturais. Por esse princípio filosófico, podem-se construir travessias e pontes que viabilizem relações que se querem justas e interculturais. Por tal ética, inclusive, contrapondo-se às premissas neoliberais, podem-se mobilizar a vivência das consciências ética individual e comunitária e forjar linhas de fuga para compartilhar territórios interculturais e de intersubjetivação, valores, agendas e projetos de outros mundos possíveis e utopias perfilhadas por anseios de justiça, transformações e uma vida melhor.

Com tais considerações, é oportuno fazer conjecturas de que o ser- sendo, uma premissa da ética *ubuntu*, pressupõe um tornar-se, isto é, a busca da autopercepção, do autoconhecimento e da autogovernabilidade, citadas por M. Foucault (1985), ao tratar do cuidado de si. Assim, cumpre-se tal ética, em tempos e momentos tão narcísicos, na medida em que se traduzam estratégias de pensar sobre si (nós) e, mais ainda, de (re) existir, para que, concomitantemente, no encontro com o (a) outro (a), se estabeleçam paradigmas de convivência, pautados na moral, empatia e na justiça, dentre outros valores humanos, e se operacionalizem relações, envolvendo diferenças, quiçá, alteridade, experiências socioculturais e interculturais em meio às micro e macro disputas, intolerâncias e ambições.

A *ética ubuntu*, por isso, pode ser compreendida como o exercício do tornar-se através de e com outras pessoas, consciente da força vital. Disso denotamos que uma pessoa existe, constitui-se e se realiza, na proporção em que vive em interdependência e inter-relação com outras, compartilhando vidas, responsabilidades, vivências culturais e realidades ou, mais especificamente, vivendo as consciências éticas individual e comunitária. Quiçá, essas são algumas estratégias para se desenhar outras possibilidades de vida e de enfrentamento da centralidade do eu tão prevalente nestes tempos.

ESTUDANTES NEGRAS — VIVÊNCIAS COMUNITÁRIAS E INTERCULTURAIS NO ENSINO SUPERIOR

“As pegadas das pessoas que andaram juntas nunca se apagam.”

(Provérbio africano)

O acesso de mulheres negras aos espaços formativos de nível superior, com frequência, advém de participação em iniciativas coletivas de cursos preparatórios para os Exames Vestibulares e o Enem — Exame Nacional do Ensino Médio, tradicionalmente chamados de “Cursinhos”. Algumas delas, no bojo da educação em espaços não formais, se

qualificam para tanto em Quilombos Educacionais² — Cursos que, em suas matrizes curriculares, além das áreas do conhecimento convencionais ao ensino médio, constam aquelas afins às histórias e culturas africanas e afro-brasileiras e à conjuntura das populações negras no Brasil —. Tais vivências, certamente, contribuem, eficazmente, na formação de seus membros para a realização das avaliações e requisitos exigidos por esses exames, bem como colaboram, igualmente, com a construção de suas identidades negras, há algum tempo denominada de “Consciência Negra”.

Reconhecer-se afrodescendente, como se propõem as ações pedagógicas desses cursos, é uma prática complexa e desafiante, visto que a sociedade brasileira ainda se apresenta, em suas bases estruturais e em segmentos familiar, sociais, políticos, acadêmicos, religiosos etc., pouco afeita à diversidade e à equidade racial e social. A discriminação e o preconceito racial, o racismo e as desigualdades sociais e raciais ainda imperam e impetram, nocivamente, as relações. Morre-se no Brasil por ser negro (a)! Tais mazelas também impedem, incisivamente, que as populações negras usufruam, qualitativamente, de direitos humanos, sociais, civis, políticos e culturais. Por conta disso, são pertinentes as atividades desses “Quilombos”, no que tange ao ensino e à troca de saberes acerca das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras e da conjuntura do Brasil, no tocante às populações negro-brasileiras.

Nesses empreendimentos, bem assim, se iniciam e ou se fortalecem múltiplos processos de afirmação de africanidade e de pertencimento étnico-racial. Tornar-se negra (o), no bojo de tais coletivos, proporciona construir e viver o “ser-sendo”, a consciência ética individual, e o “fazer-fazendo”, a consciência ética comunitária, haja vista as possibilidades que despontam para se desenvolver o autoconhecimento, as reponsabilidades de ser negro (a), levando em conta os projetos de vida individuais, mas

² Há, no âmbito da educação, diversos estudos sobre essa iniciativa e ações implementadas por organizações negras. Destaco aqui a dissertação de mestrado, “O Quilombo Asantewaa: Uma alternativa possível”, de Santiago (UNEB, 2005), e “O Movimento Negro Educador”, de Nilma Lino Gomes (2017).

também as complexidades que envolvem o cotidiano de negros (as) e de suas histórias e culturas na sociedade brasileira.

O ingresso de mulheres negras no ensino superior, normalmente, tem o intuito principal de desenvolver a formação e a qualificação pessoal, técnica e profissional. Para tanto, necessário se faz adentrar aos saberes e conhecimentos que circulam na educação superior e se inserir na cultura acadêmica. Esses, por si só, já compõem um difícil exercício mediante os conhecimentos prévios, o tempo e as condições de estudo. Tais metas imbricam-se e, por vezes, coadunam com oportunidades de constituição de si e de identidades racial e de gênero, iniciada em suas trajetórias ou no período de preparação coletiva para os Exames já citados.

Da experiência coletiva, nesta perspectiva, desembocam algumas urgências e insurgências formativas e de sobrevivência, ou seja, estudar pressupõe, inclusive, acolher provocações e, a um só tempo, forjar tensionamentos sobre modos de descolonização de conhecimento; (re) construção de existências; mobilizações identitárias; e instigações sobre repertórios históricos e socioculturais, tal como Grada Kilomba sugere em *Memórias da Plantação* (2019). Assim, conhecer postulações e paradigmas de quaisquer áreas de conhecimento e, por conseguinte, das ciências poderá ser uma estratégia relevante delas se tornarem sujeitos negras.

Estudar e concluir o ensino superior tem sido, para muitas delas, quase sempre, uma árdua tarefa que nem sempre só o esforço pessoal e a força de vontade são suficientes para garantir a conclusão de seus cursos. Além das exaustivas idiosincrasias, disputas, vaidades e burocracias, peculiares às instituições de ensino superior e, por consoante, à vida acadêmica, pesam, por vezes, as habilidades, competências e exigências intelectuais inerentes a esse nível de ensino e as suas várias dimensões e estratificações.

Não são poucos os motivos (compreensíveis) de evasão, trancamento e desistência. As condições precárias de sobrevivência e de estudo e aprendizagens, a não formação das identidades leitora e

escritora, o estado de trabalhadoras estudantes, o racismo e o sexismo, a exaustão física e as crises emocionais, psíquicas e intelectuais, a dominação masculina etc., por exemplo, justificam, indubitavelmente, o abandono da vida universitária por muitas delas.

Ainda assim, as políticas afirmativas impactam, incisivamente, na vida de estudantes negras, visto que colaboram, mesmo que ainda pouco eficazes e eficientes, para o seu acesso e permanência em universidades públicas. E para aquelas que se inserem em instituições privadas de nível superior, onde quase não há as referidas políticas, acrescentam-se ainda os desafios do pagamento das mensalidades e as contingências da educação superior particular, em que o foco e as finalidades precípuas, quase sempre, são, sobretudo, a profissionalização e o mercado.

Diante de tais situações, a experiência comunitária, a cultura acadêmica, o empoderamento e a solidariedade, dentre outros processos de fortalecimento mútuo, geralmente, entram em cena como vivência da *ética ubuntu*, colaborando, relevantemente, com a permanência de mulheres negras no espaço acadêmico e com a superação das dificuldades e desafios dele emergentes. A prática de tal ética, neste ínterim, permite-lhes o encontro com outras e, mais ainda, incita perceber o que há de comum com outras. Possibilita, inclusive, valorizar o nós que constitui o eu; compartilhar responsabilidades e o cuidado mútuo; confrontar modos de existência; e forjar, coletivamente, oportunidades de sobrevivências e (re) existências.

Tal exercício, aqui considerado como *ética ubuntu*, reverbera traços de alteridade, reconhecendo as diferenças e o direito de ser diferente, inclusive culturalmente. Realça até mesmo a solicitude, de acordo Paul Ricoeur (1991), ou seja, a percepção de rastros e marcas de si mesmas em outras. Não se trata apenas de compreender o (a) outro (a) diferente de si mesmo (a), mas também de estar e entendê-lo (la) como extensão e parte de si mesmo (a) e vice-versa.

Com múltiplas formas de ajuda mútua, por consoante, elas se apóiam, no que tange aos cuidados físico, emocional e psicológico, à

sobrevivência, ao acesso de material bibliográfico para leitura, aos empréstimos de equipamentos, à produção de textos, ao estudo coletivo das matérias, dentre outros. Acrescente-se a isso as diversas iniciativas desenvolvidas que elas promovem e ou participam em prol do autoconhecimento, do pertencimento racial e de gênero e do entrelaçamento cultural. Assim, o convívio de estudantes negras em coletivos universitários, por vezes, em meio às adversidades, favorece (re) pensar sobre as suas existências, compartilhar modos de vida e de sobrevivência e construir as suas identidades individuais, circunstanciadas e multirreferenciadas socioculturalmente, tornando-as sujeitos coletivos.

INTELECTUAIS NEGRAS — INSURGÊNCIAS E (RE) EXISTÊNCIAS COMO ÉTICA UBUNTU

“Quando as teias da aranha se juntam, elas podem amarrar um leão.”

(Provérbio africano)

São, efetivamente, complexos os caminhos trilhados por estudantes negras que arrojam metas e esforços para obter a formação e a qualificação profissional no nível superior. Mais abstrusos ainda são os percursos daquelas que se dedicam à pesquisa, ou seja, à função intelectual engajada, como bem afirmam bell hooks, em *Intelectuais negras* (1995) e Lélia Gonzalez, em *Lugar de negro* (1982). Para elas, não são poucos os dilemas e desafios mediante a função social e intelectual de pensar, problematizar e produzir conhecimentos sobre fatos históricos, dramas e realizações humanas e sociais, pautados na descolonização (MBEMBE, 2019), no contexto afro-brasileiro (SANTIAGO, 2017), e na decolonialidade (KILOMBA, 2019), materializados em escrever, publicar e promover a circulação de seus pensamentos coadunados com diálogos teóricos e realidades que lhes instigam. Assim, intelectuais negras incumbem-se da função intelectual, discutida pelo filósofo A. Gramsci (2006), formulando e circulando pensamentos sobre as vicissitudes do cotidiano e temas que perpassam grupos da sociedade a que pertencem,

mas, igualmente, enfrentando diversas indagações que emergem do tornar-se negro (a) no Brasil.

Tal realidade envolve, dentre outras situações, as faces do racismo e do sexismo vividos por intelectuais negras, concretizados, às vezes, por apagamento, desqualificação, cerceamento e não reconhecimento satisfatório e justo de suas trajetórias e produções. De acordo como Santiago (2017, p. 59),

Infelizmente práticas racistas e sexistas se incumbem de incrementar os impedimentos para a escolha e a dedicação ao trabalho intelectual pelas mulheres negras, pois perpetuam uma representação iconográfica delas como serviçais, deficientes, desqualificadas, incompetentes e inferiores, segundo bell hooks (1995). A elas, normalmente, são atribuídas abnegação ao zelo pelo outro e a inerência aos serviços domésticos. Além disso, o seu corpo ainda é, algumas vezes, exaltado como uma presença feminina primitiva, selvagem, sexual, natural, orgânica, animalista, mais próxima da natureza e altamente dotada de sexo, conforme já apontado por bell hooks (1995).

Como consequência, constatamos que as suas produções ainda não compõem, suficiente e recorrentemente, o arcabouço teórico-epistemológico de componentes curriculares e pesquisas. Seus discursos, quando aparecem, estão na superfície desses segmentos ou resultam de empenho pessoal ou de algum (a) pesquisador (a) negro (a) e/ou de grupos e coletivos afins. Por conta disso, os seus estudos, às vezes, ainda permanecem à margem do mercado editorial, de projetos de publicações de instituições acadêmicas e de pesquisas, bem como de referências bibliográficas de planos de cursos de graduação e pós-graduação.

Desses enredamentos, apresentam-se, inclusive, alguns vetores motivacionais prementes advindos de tal vivência, tais como a responsabilidade com a trajetória pessoal e com reinvenções de (re) existências, mas, do mesmo modo, com a sororidade e a busca ou a (re) construção da justiça, como fluxos da *ética ubuntu*, exigindo delas um labor permanente de tornar-se *ser-sendo*, bem como de experiências de

fazer-fazendo. Assim, efetivamente, mesmo reconhecendo a necessidade do silêncio, solidão e isolamento, apontados por bell hooks (1995), para o bom desenvolvimento da intelectualidade e da identidade subjetiva, diante dos desafios citados, urgem práticas interculturais e comunitárias como possibilidades de forjar jogos de intersubjetividade.

Em programas de pós-graduação, instituições e segmentos de pesquisas e docência, em eventos etc., intelectuais negras encontram-se e, concomitantemente, confrontam-se enquanto sujeitos individuais e coletivos, agenciando modos de viver, resistir e insurgir. Evidentemente que nem todas as pesquisadoras negras estão sensíveis e se dispõem a construir a sua função intelectual tendo como matriz a *ética ubuntu*. Mas são muitas as que desenham as suas trajetórias pautadas na convicção de que o “sonho que se sonha só é um sonho que se sonha só, mas o sonho que se sonha junto é realidade”, como já nos garantia o compositor Raul Seixas. Essas, além da invisibilidade do seu pensamento, “[...] têm, como exercício da *ética ubuntu*, mais uma função emergente, igualmente importante, que se associa a outras: criação de mecanismos e estratégias que desconstruam estereótipos negativos que circulam acerca de si, de seus pensamentos [...]” (SANTIAGO, 2017, p. 61) e de seus legados culturais.

Cabe-lhes, diante disso, se apropriarem de formações discursivas, totalizantes e excludentes, não como verdades, mas como saberes datados e dotados de exercícios de poder, descolonizando-os. Imputam-lhes, neste sentido, a ação de questionar a homocultura, o etnocentrismo, as diversas áreas do saber e os princípios éticos ocidentais. Competem-lhes ainda uma (re) elaboração crítica de refutações de teorias segregadoras e assimilacionistas, bem como a construção de outros saberes, a partir da multirreferencialidade e interculturalidade que favoreçam a crítica e a possibilidade de *acontecimentos discursivos* (FOUCAULT, 2002) sobre si (nós) e as realidades em que estão envolvidas.

Essas desafiantes atribuições investigativas, no âmbito da *ética ubuntu*, pressupõe que intelectuais negras percebam as suas idiossincrasias, mas também se reconheçam como sujeitos coletivos,

políticos, históricos e diversamente culturais e intersubjetivos. Para tanto, necessário se faz compreender que, nos princípios dessa *ética*, a filosofia do ‘nós’ gera mais potência, a força vital, a existência, o *ser-sendo*, a consciência ética individual e, simultaneamente, vivencia o *fazer-fazendo*, a consciência ética comunitária, através da solidariedade, partilha, corresponsabilidade e do cuidado recíproco.

ALGUMAS (IN) CONCLUSÕES

A *ética ubuntu*, como um princípio epistemológico africano, põe, em evidência e em contraste, o conceito e postulações da ética na filosofia ocidental. Não se trata de sobreposições, mas de compreensão de sentidos, implicações de existência do ser imbricado e construído com o (a) outro (a) sobre a perspectiva epistêmica do povo *bantu*, da África Central. Para essa filosofia, não há força vital sem o encontro, seguido de tantos desencontros, com o (a) outro (a) que também constitui a si mesmo (a) e vice-versa, pondo em cena o jogo de culturas. O *ser-sendo* sobrevive graças à peculiaridade de existir coletivamente e de entrecruzar fios e fiapos de repertórios e legados culturais.

Refletir sobre as trajetórias e experiências de mulheres negras em territórios de produção do conhecimento teve o intuito de apontar essa ética como outra figuração de trilhas epistêmicas para a formação de perfis de doutores (as) em Crítica Cultural, oriundos do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas, e, talvez, para estudos literários e outros programas e proposições formativas.

Presumo que, para pensar sobre a formação em Crítica Cultural, na contemporaneidade, torna-se imprescindível o entendimento dos postulados da *ética ubuntu*, não apenas para postular sobre o respeito, a diversidade e a valorização do mosaico de culturas que prevalece nas sociedades e territórios de identidades, mas, principalmente para o entendimento das tramas e jogos concernentes à intersubjetividade e interculturalidades. Para fortalecer estudos e pesquisas sobre práticas,

políticas e críticas culturais, sugere-se que se conheça a *ética ubuntu* e se criem, igualmente, oportunidades de se vivenciar as suas premissas. Para tanto, torna-se oportuno avaliar os modos de inter-relações se enredam nos Programas, Currículos e Vivências Acadêmicas, bem como tensionar as teias conjunturais de intolerâncias, injustiças, necropolíticas, os campos de guerra e de disputas, advindos de políticas culturais neoliberais e práticas estruturais de genocídios e epistemicídios.

Parece que, neste sentido, a *ética ubuntu*, como potência de vida, força vital e processo de intersubjetividade, avulta como um princípio epistêmico a ser conhecido e propício para o desenvolvimento de programas de formação de Crítica Cultural. E, quiçá, as experiências de algumas docentes e pesquisadoras negras, alinhadas por esse pensamento, possam figurar caminhos de se repensar a prática docente, a função intelectual e o ato de fazer pesquisa, pautadas na interculturalidade, corresponsabilidades e na premente observância e exercício das consciências éticas individual e comunitária.

REFERÊNCIAS

CASTIANO, José P. *Referenciais da Filosofia Africana: Em busca da Intersubjectivação*. Maputo: Editora Ndjira, 2010.

CASTIANO, José P. O diálogo entre as culturas através da educação. In: NGOENHA, S. E; CASTIANO, José P. *Pensamento engajado: ensaios sobre a filosofia africana, educação e cultura política*. Maputo: Editora Educar, 2011.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. Vol. 3. O cuidado de si*. Trad Maria Thereza da Costa Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 17. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GOMANE, Manuel Cochole Paulo. Ética e filosofia ubuntu: da problemática da concepção ao debate epistemológico. Fortaleza-CE. *Revista Reflexões*. Ano 8, n. 15. Jul-Dez, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Trad. Carlos, Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

hooks, bell. *Intelectuais negras. Estudos feministas*. Rio de Janeiro: Ano 3. n. 2, 1995.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2019.

MORAES, Marcelo José Derzi. A filosofia ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. *Revista Áfricas e Africanidades*. Ano XII – n. 32, 2019.

NGOENHA, S. E. Ubuntu: Novo modelo de justiça glocal? In: NGOENHA, S. E; CASTIANO, José P. *Pensamento engajado: ensaios sobre a filosofia africana, educação e cultura política*. Maputo: Editora Educar, 2011.

RAMOSE, Mogobe B. A ética do ubuntu. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen, 2013.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

SANTIAGO, Ana Rita. Intelectuais Negras: Entre a invisibilidade e a resistência. In: SANTIAGO, Ana Rita Santiago; CARVALHO, Juvenal Conceição de; BARROS, Ronaldo Crispim Sena; SILVA, Rosangela Souza da. *Descolonizando o conhecimento no contexto afro-brasileiro*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2017.

SANTIAGO, Ana Rita. Intelectuais Negras: Entre a invisibilidade e a resistência. 2. ed. In: SANTIAGO, Ana Rita Santiago; CARVALHO, Juvenal Conceição de; BARROS, Ronaldo Crispim Sena; SILVA, Rosangela Souza da. *Descolonizando o conhecimento no contexto afro-brasileiro*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2017.